

Inteligência africana presente nas estruturas remanescentes da mineração setecentista de Ouro Preto (MG): uma interface entre história, patrimônio e turismo

DOI: 10.20396/labore.v16i00.8669983

Luiz Cláudio Alves Viana

<https://orcid.org/0000-0002-2292-3645>

Universidade Federal de Minas Gerais / Belo Horizonte [MG] Brasil

Leandro B. Brusadin

<https://orcid.org/0000-0002-2778-2095>

Universidade Federal de Ouro Preto / Ouro Preto [MG] Brasil

Lia Sipaúba Proença Brusadin

<https://orcid.org/0000-0001-5446-4992>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Belo Horizonte [MG] Brasil

RESUMO

O ocultamento histórico dos povos indígenas e africanos na historiografia brasileira pode ser um dos motivos influenciadores para não reconhecer as contribuições que esses povos tiveram na construção do patrimônio nacional. Por esse motivo buscou-se mostrar a inteligência africana no desenvolvimento da atividade mineradora ocorrida no território mineiro nos setecentos. O presente artigo tem como objetivo compreender como o patrimônio industrial pode ajudar na preservação das estruturas remanescentes da mineração aurífera presentes na cidade de Ouro Preto (MG). A metodologia baseou-se na pesquisa bibliográfica e na realização de entrevistas semiestruturadas com figuras representativas encontradas naquela comunidade. Constatou-se que a narrativa afrocentrada alinhada ao patrimônio minerário da Serra de Ouro Preto permitiu interpretar o espaço vivido na cidade e, ainda, como o turismo pode ser um instrumento de preservação do patrimônio industrial.

PALAVRAS-CHAVE

Inteligência africana. Patrimônio industrial. Ouro Preto (MG). Estruturas remanescentes da mineração. Turismo.

African intelligence in the reminiscent structures of the 18th century mining in Ouro Preto (state of Minas Gerais, Brazil): an interface between history, heritage and tourism

ABSTRACT

The historical concealment of Indigenous and African peoples in Brazilian historiography may be one of the influencing reasons for not recognizing the contributions these peoples had in the construction of national heritage. For this reason, it was sought to show African intelligence in the development of mining activity that occurred in the mining territory in the seven hundred. This article aims to understand how industrial heritage can help in the preservation of the remaining structures of gold mining present in the city of Ouro Preto (MG). The methodology was based on bibliographical research and semi-structured interviews with representative figures found in that community. It was found that the Afro-centered narrative aligned with the mining heritage of Serra from Ouro Preto allowed us to interpret the space lived in the city and also how tourism can be an instrument for preserving industrial heritage.

KEYWORDS

African intelligence. Industrial heritage. Ouro Preto (state of Minas Gerais, Brazil). Remaining mining structures. Tourism.

1. Introdução

É mister que o ocultamento histórico, por sua vez, causa inúmeras consequências negativas no entendimento do passado, como também na compreensão da sociedade atual, influenciando significativamente nas disciplinas que estão entrelaçadas direta e indiretamente com o campo historiográfico, como a antropologia, sociologia, economia, geografia, arquitetura, museologia, patrimônio, turismo dentre outras. Sendo assim, a não compreensão histórica de um período passado ou fato ocorrido, pode trazer na contemporaneidade parte de um passado enviesado. De acordo com o pensamento do historiador (Keith Jenkins, 2017), não compete à história trazer ao presente o passado verdadeiro em sua essência e totalidade, pois isso é algo impossível, contudo, entender suas diferentes faces é o mais perto de chegar em sua plenitude. Organizar nosso entendimento social sobre a égide de uma vertente histórica hegemônica é saber que essa mesma pode ter invisibilizado ou extinguido outras narrativas.

Enquanto pesquisadores, cabe a nós entendermos como a história oficial brasileira influenciou no campo patrimonial e turístico no país e o processo de escolha dos bens patrimoniais e dos destinos turísticos com suas distintas classificações. Entender as categorias existentes no âmbito do patrimônio e do turismo é de suma importância para aprofundarmos na proposta analítica desse estudo, que visa compreender como o patrimônio cultural e o turismo cultural atrelado à historiografia oficial priorizaram e evidenciaram a cultura luso-brasileira em detrimento das culturas ameríndias e afro-brasileiras.

A relação entre patrimônio cultural e turismo cultural, fez com que muitos destinos turísticos no Brasil fossem reconhecidos nacional e internacionalmente pelos bens patrimoniais presentes no seu território, ao mesmo passo, que tem se transformado em locais importantes para o desenvolvimento de pesquisas que buscam evidenciar a interface entre história-patrimônio-turismo.

Assim, nesse estudo será observado como o patrimônio cultural de Ouro Preto (MG) e o turismo cultural desenvolvido na cidade transformou seu território. Com isso, buscou-se evidenciar como as estruturas remanescentes da mineração setecentista se encontram dentro da ordenação urbana da cidade. Por se tratar das primeiras estruturas voltadas para a atividade minerária em larga escala no Brasil, nota-se o importante legado que essas estruturas têm para o entendimento da atividade extrativista desenvolvida no país, sobretudo, no estado de Minas Gerais. Foi realizado um apanhado histórico sobre a contribuição da inteligência africana aplicada no processo de construção e operacionalização dessas estruturas, pois é a partir dessa força de trabalho física e intelectual que a mineração iniciou e se desenvolveu no Brasil nos anos setecentos.

Nota-se que as estruturas remanescentes da mineração estão relacionadas diretamente com o entendimento de patrimônio industrial – história afrocentrada – turismo afrocentrado. O turismo desenvolvido nessas estruturas pode ser observado como um instrumento de propagação da narrativa histórica afrocentrada por meio de visitas internas e externas nessas estruturas inserindo-as nos roteiros turísticos da cidade, além de despertar as atenções de pesquisadores, empreendedores, agentes públicos governamentais e da comunidade ouro-pretana que residem ou moram próximos a essas estruturas.

O objetivo desse estudo é compreender a importância das diretrizes do patrimônio industrial para a preservação das estruturas remanescentes da mineração aurífera setecentista presentes no território da cidade de Ouro Preto. Os objetivos específicos da pesquisa são: a) mostrar a contribuição que os povos africanos tiveram no desenvolvimento da atividade mineradora no Brasil, b) analisar como a narrativa histórica afrocentrada ajudou no processo de valorização dessas estruturas enquanto patrimônio de Ouro Preto, e c) entender como o turismo pode ser um instrumento de preservação do patrimônio industrial.

Para que pudéssemos entender as questões que permeiam o patrimônio industrial – estruturas remanescentes da mineração – inteligência africana e turismo na cidade de Ouro Preto, a metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica em estudos correlatos aos temas propostos, e na realização de entrevistas semiestruturadas com a historiadora ouro-pretana Sidnéa Santos e com o engenheiro civil ouro-pretano Eduardo Evangelista Ferreira. A escolha dos entrevistados deu-se pelo fato de ambos serem pesquisadores nas áreas da história e do patrimônio, com foco nas estruturas remanescentes da mineração e na inteligência africana presente no território de Ouro Preto.

O trabalho em questão, justifica-se por trazer uma reflexão ampla e significativa sobre o patrimônio industrial minerário em Ouro Preto sobre o prisma da inteligência africana, mesmo sendo uma cidade correntemente classificada como monumento nacional, patrimônio da humanidade, cidade histórica, cidade turística, museu

a céu aberto, observa-se que a história da origem da mineração e a contribuição africana no desenvolvimento urbano, social, político, cultural, religioso e econômico na região é pouco compreendido, e impacta diretamente nos bens culturais símbolos da cultura afrodiáspórica presente nesse território.

Esse estudo não pretende classificar as estruturas remanescentes como patrimônio industrial, mas refletir sobre o entendimento ao analisar essas estruturas. O mesmo ocorre com a atividade turística, não pretendemos classificar o turismo desenvolvido nessas estruturas como turismo afrocentrado, mas sim, de analisar as iniciativas de empreendimentos turísticos voltados para afrocentricidade alinhada ao resgate histórico para interpretar esses bens.

2. Patrimônio industrial: uma análise sobre as estruturas remanescentes da mineração

A partir dos debates sobre as questões que tangenciam o conceito de patrimônio, tem-se notado uma ampliação no que diz respeito ao termo, para (Silva & Maria, 2018), essa ampliação permitiu o reconhecimento, a valorização e a inserção de bens patrimoniais, que outrora, não foram contemplados pelas políticas de preservação patrimonial, sendo um movimento que acontece no cenário cultural brasileiro e no exterior.

Como destaca (Cagriota, 2009), as questões pertinentes ao patrimônio brasileiro começaram a serem analisadas na década de 1920 impulsionadas pelo movimento modernista, prioritariamente formado por uma elite intelectual composta por arquitetos, poetas, escritores, dentre outros profissionais. No primeiro momento, esse movimento foi responsável por identificar as diferentes formas de representações da cultura brasileira espalhadas pelo território nacional.

Já na década de 1930 percebe-se as primeiras ações de salvaguarda do patrimônio como parte de políticas de Estado, uma das primeiras ações voltadas para a proteção do patrimônio nacional brasileiro, ocorreu quando a cidade de Ouro Preto ganhou o título de monumento nacional legitimado pelo Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933. No ano seguinte o país teve pela primeira vez uma constituição que atentava para as questões do patrimônio nacional. Outro marco importante foi a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) instituído no ano de 1937, sendo a primeira entidade voltada para tratar institucionalmente o patrimônio brasileiro. Posteriormente tivemos os primeiros bens e sítios tombados via legislação federal, destaca-se o tombamento de Ouro Preto que aconteceu no ano de 1938, inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Porém, nas primeiras ações de salvaguarda do patrimônio brasileiro, os bens patrimoniais de “pedra e cal” ganharam maior visibilidade e atenção do poder público e, conseqüentemente, as políticas protecionistas os favoreceram, enquanto outros bens passavam por processos de abandono e degradação. (Machado & Pires, 2019) mostram a importância do surgimento do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), no ano de 1975, pois o mesmo fazia parte do IPHAN, e sua função era identificar os bens patrimoniais no Brasil que ainda não tinham sido contemplados pelas políticas de Estado, para esses pesquisadores “o CNRC introduziu a noção de preservação do patrimônio imaterial e popular na esfera federal que conhecemos hoje” (Machado & Pires, 2012, p. 248).

Atualmente, há um entendimento entre os estudiosos que o conceito de patrimônio foi ampliando e contemplando bens patrimoniais de diferentes culturas, porém essa transformação aconteceu paulatinamente, no caso brasileiro a definição de patrimônio tratado pela constituição de 1988, reconheceu a cultura brasileira pela pluralidade étnica e geográfica.

A Constituição Federal de 1988 inovou ao prever a proteção do patrimônio cultural em suas diversas dimensões, inclusive a imaterial, de modo que fossem utilizados instrumentos como o inventário, o registro, a vigilância, o tombamento e a desapropriação, dentre outros. A Carta Maior trouxe uma visão ampliada do patrimônio cultural, e com ela a necessidade de entendê-lo a partir dos processos culturais que regem as relações sociais humanas e que são constantemente recriados, baseados nas ideias de dinamicidade e fluidez, iniciando um novo processo no tratamento do patrimônio cultural. (Souza, 2008, pp. 1-2).

Entender o patrimônio brasileiro em sua magnitude é fundamental para garantir o direito de reconhecer e preservar os bens culturais de matriz africana e ameríndia posto por lei, tornando também um compromisso do Estado, pois como ressalta (Brusadin, 2015), quando as ações de preservação do patrimônio iniciaram-se em cidades como as ditas cidades históricas de Minas Gerais, o mesmo serviu para atender aos interesses de uma elite cultural, eclesíastica e política, e conseqüentemente excluiu outros bens patrimoniais que não pertenciam a essa mesma elite, ou seja, não pertenciam a cultura branca brasileira.

Além de favorecer a patrimonialização de diferentes formas de manifestações culturais, estender a compreensão do patrimônio histórico-cultural tem sido base primordial para os estudos do patrimônio industrial e arqueologia industrial. Como evidenciam (Silva & Maria, 2018), os processos históricos dos países cuja formação e desenvolvimento econômico passaram pela industrialização, a proteção do patrimônio industrial é fundamental para que uma nação entenda sua origem industrial perante um processo evolutivo e tecnológico, que por sua vez, assumem características singulares da nação de onde o mesmo se desenvolveu, e isso influencia diretamente no comportamento cultural e nos modelos de organização social do país.

Segundo (Campagnol, 2011), no Brasil os estudos sobre patrimônio industrial e arqueologia industrial apareceram com mais frequência em alguns trabalhos acadêmicos no início dos anos 2000. Para a referida autora, as pesquisas sobre bens e sítios patrimoniais oriundos da industrialização brasileira começaram tardiamente, pois em outros países, os debates acerca da história industrial e o avanço tecnológico associados com o patrimônio nacional já estavam sendo discutido juntamente com a realização de algumas ações práticas de preservação patrimonial.

Pesquisadores como (Campagnol, 2011), (Silva & Maria, 2018) e (Kuhl, 2010), destacam como os países europeus atentaram para a salvaguarda e proteção do patrimônio industrial, com grande destaque para a Inglaterra. Como mostrado pelos pesquisadores supracitados, na década de 1950 os ingleses começaram a perceber as grandes modificações e destruições de antigas estruturas fabris, de edificações civis e de traçados urbanos de algumas cidades e vilas inglesas que remetiam ao processo da revolução industrial do país. Para que isso fosse evitado, os ingleses entenderam a importância de preservar os bens materiais do período industrial inglês, a partir de uma lógica patrimonial. A preocupação de preservar os vestígios industriais da nação espalhou para outros países europeus e nos Estados Unidos.

Iniciativas para a preservação do patrimônio industrial também estavam sendo realizadas nos Estados Unidos, Alemanha e Suécia na década de 1960. Depois de 1970, França, Bélgica, Itália e Portugal seguiram o exemplo. (Campagnol, 2011, p. 2, tradução nossa).

De acordo com as análises de (Campagnol, 2011), no ano de 1959, surgiu na Inglaterra o *Council for British Archaeology*¹ (CBA) que criou o *Industrial Archaeological Research Committee*² (IARC), que tinha a função de catalogar e registrar os bens, sítios e acervos arqueológicos que continham vestígios do passado industrial do país. Os britânicos foram os primeiros a publicarem um periódico sobre o patrimônio industrial, o *Journal of Industrial Archaeology* – com a primeira edição no ano de 1964.

Inicialmente os britânicos estipularam o período entre os anos de 1760 e 1830, assim todo bem patrimonial material de caráter industrial que remetesse a esse período poderia ser considerado patrimônio industrial. Porém, o inglês Kenneth Hudson questiona que em outros países do mundo ocidental a industrialização pode ter ocorrido em períodos anteriores ou posteriores ao traçado pelos ingleses, e mesmo que tenha acontecido no mesmo período, o processo de industrialização pode ter sido diferente do que aconteceu na Inglaterra, assim para (Hudson, 1976, *apud* Kuhl, 2010), o que deve ser observado é o vínculo dos bens patrimoniais com o passado industrial de cada país.

A proposta de analisar os bens patrimoniais e o vínculo com o passado industrial específico de cada nação deu margem para o surgimento de estudos voltados para a arqueologia industrial, despertando interesse em diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, principalmente no campo das ciências sociais.

Embora os termos “patrimônio industrial” e “arqueologia industrial”, em alguns casos, são interpretados como sinônimos, existe uma sutil diferença no entendimento teórico sobre essas duas terminologias, como destaca (Campagnol, 2011, p. 3), “o termo patrimônio industrial compreende os vestígios de uma cultura industrial, enquanto a arqueologia industrial é um método interdisciplinar de estudar o passado industrial (material ou não)”.

A carta de Nizhny Tagil aprovada pelo *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*³ (IICCIIH), em 2003, define o patrimônio industrial como:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais

¹ Conselho de Arqueologia Britânica – tradução nossa.

² Comitê de Pesquisa Arqueológica Industrial – tradução nossa.

³ O Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial – tradução nossa.

de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH, 2003, pp. 1-2).

Enquanto a arqueologia industrial ficou definida como:

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial. (TICCIH, 2003, p. 2).

Os vestígios industriais presentes em um país são importantes para entender como se deu o processo industrial e a dinâmica sociocultural e socioeconômica do mesmo em diferentes momentos históricos. (Campagnol, 2011) e (Meneguello, 2011), destacam alguns estudos voltados para o patrimônio industrial brasileiro, como os estudos sobre os engenhos no Brasil realizados por Ruy Gama ainda na década de 1980, pois para ele os engenhos de fabricação de açúcar constituem-se na primeira demonstração da indústria no território brasileiro, e por isso, o mesmo criticava os estudiosos que colocavam na indústria têxtil o pioneirismo da arqueologia industrial do país.

(Meneguello, 2011, p. 1827) destaca alguns pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram para o avanço acadêmico e científico, a partir de pesquisas referentes a estudos de casos direcionados ao patrimônio industrial brasileiro, como é o caso da Fábrica São Luiz de Itu realizado pelo historiador norte-americano Warren Dean no ano de 1976; a iconografia sobre as reminiscências industriais no Brasil entre os anos de 1950 a 1985 realizada por Philip Gunn e Telma de Barros Correia de 2005; os estudos de Maria Auxiliadora Guzzo de Decca sobre o cotidiano do trabalho na indústria brasileira entre o período de 1889 a 1930, além das reflexões do professor Ulpiano Bezerra de Meses sobre a cultura e o patrimônio nacional.

Um dos primeiros registros oficiais do patrimônio industrial brasileiro foi quando as ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica, localizada no distrito de Miguel Burnier pertencente ao município de Ouro Preto, foi inscrita no Livro do Tombo Histórico na data de 30 de junho de 1938.

Embora o aspecto teórico do patrimônio industrial brasileiro tenha ganhado atenção relativamente tardiamente, em 1938, antes mesmo das discussões diretamente relacionadas à preservação do patrimônio industrial, foram registradas as ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica, a primeira siderúrgica do Brasil, localizada em ouro Preto, pelo IPHAN como um testemunho histórico da produção de ferro no país. (Campagnol, 2011, p. 7, traduções nossa).

Como evidenciam (Meneguello, 2011) e (Campagnol, 2011), a Fábrica de Ferro Patriótica foi identificada no mesmo momento que o processo de patrimonialização da cidade de Ouro Preto acontecia, porém, as ruínas da antiga fábrica foram atreladas as questões da arqueologia industrial, enquanto os bens patrimoniais de Ouro Preto foram alinhados a arquitetura e a história nacional.

Nos últimos anos tem-se percebido o surgimento de pesquisas científicas que buscam entender a importância que as estruturas remanescentes da mineração aurífera presentes no meio urbano de Ouro Preto têm para a compreensão da história da mineração ocorrida no estado de Minas Gerais, pois as mesmas são as pioneiras na extração minerária em larga escala ocorrida no território brasileiro. Por esse motivo, o presente artigo busca localizar essas estruturas dentro da cidade entendendo a relação factual que os povos africanos tiveram no processo de construção e operacionalização dessas estruturas durante o período histórico conhecido como Ciclo do Ouro.

3. Estruturas remanescentes da mineração: inteligência africana presente no patrimônio industrial mineiro

Como mencionado anteriormente, as ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica foi o primeiro bem patrimonial diretamente associado a história da indústria brasileira, vale ressaltar que a fábrica é datada do ano de 1811 fundada pelo geólogo alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege. Mas, é importante destacar que antes da instalação dessa fábrica na região de Ouro Preto, havia outras práticas de fundição e fabricação do ferro em Minas Gerais, que por sua vez, foi implementada pelos povos africanos, como podemos acompanhar no relato feito por Eschwege.

Na província de Minas Gerais, a fabricação do ferro tornou-se conhecida no começo deste século, através dos escravos africanos. [...]

[...] *O ferro foi fabricado pela primeira vez em Antônio Pereira, por um escravo do capitão-mor Antônio Alves, e também em inficionado, por um escravo do Capitão Durães [...]. Ambos disputavam a honra da prioridade.* (Eschwege, 1979, p. 203).

Porém, as fábricas de produção de ferro em Minas Gerais foram implantadas quando a atividade de mineração aurífera estava no fim, como o próprio (Eschwege, 1979) menciona no ano de 1820 a extração de ouro na região de Vila Rica estava escassa, pois o auge da atividade minerária foi durante o século XVIII até chegar ao seu declínio no início do século seguinte.

A descoberta de ouro nas proximidades do Rio das Velhas (região de Ouro Preto) no final do século XVII, desempenhada pelos bandeirantes paulistas, fez com que houvesse um deslocamento contínuo de pessoas que saíram de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e da Europa em direção a região aurífera, “a abundância do ouro, que foi sendo descoberto, provocou um verdadeiro deslocamento da população litorânea para o interior” (Eschwege, 1979, p. 28).

Como menciona (Martins, 1995), o processo de formação da sociedade mineira é marcado pelo alto contingente de imigrantes com uma população miscigenada. Para além dos povos indígenas que já ocupavam uma parcela desse território, os brasileiros e os europeus, a inserção do povo africano na sociedade mineira desperta a atenção, pois estes chegaram a ser a maioria da população mineira durante o século XVIII, como podemos observar nos seguintes dados:

[...] *entre 1725-1727 dos, 5.700 que entraram anualmente pelo porto do Rio de Janeiro, 2.300 foram transferidos para as zonas de mineração, e, durante o século XVIII, 350 mil oeste-africanos foram desembarcados no Brasil, a maioria enviada para Minas Gerais, cuja população, em 1786, constava de 274.135 negros entre os seus 352.847 habitantes.* (Castro, 2002, p. 50).

Nas análises do antropólogo brasileiro (Darcy Ribeiro, 2015), a sede administrativa da capitania de Minas Gerais, no final do século XVIII era o terceiro maior conjunto urbano habitado do Brasil, contendo cerca de 30.000 habitantes, ficando atrás do Rio de Janeiro com 43.000 habitantes e de Salvador com 40.000 habitantes.

A sociedade de Vila Rica ascendeu-se popularmente e economicamente devido à opulência aurífera dos rios e das serras. A riqueza de seu território devido à extração do ouro e a população crescente justifica-se por causa do grande contingente de homens e mulheres escravizados e de pessoas livres que vinham trabalhar na mineração.

Como destaca (Eschwege, 1979, p. 28), desde 1699 os rios, córregos e serras de Vila Rica têm sido explorados, trabalho esse que intensificou com a inserção da força de trabalho africana, que foi utilizada não só pelo dispêndio da força física gasta no trabalho pesado, mas principalmente, pelo conhecimento e domínio das técnicas que eram fundamentais para que a mineração acontecesse.

O historiador brasileiro (Laurentino Gomes, 2021) chama atenção para a expertise que os povos africanos tinham na mineração e como os mesmos foram essenciais para que essa atividade se desenvolvesse no Brasil inflando a economia local e principalmente portuguesa.

[...] *os colonos portugueses não detinham grandes conhecimentos na área de mineração e metalurgia. Sabiam, e bem, fazer açúcar, mas não como achar e garimpar ouro e diamantes. [...] Coube aos africanos escravizados transferir essa experiência para a América portuguesa. No estado do povo acã, no interior da atual República de Gana, o ouro em pó era processado e transformado em moedas de alta qualidade. A chamada lavagem aluvial, que consistia na retirada do minério depositado no fundo de rios e alagadiços, era praticada antes da chegada dos portugueses à costa africana, no século XV.* (Gomes, 2021, pp. 84-85).

Assim como (Gomes, 2021), (Martins, 1995) também destaca que os povos africanos eram detentores de saberes que foram de grande interesse para os portugueses. É sabido que a diversidade étnica e geográfica da costa africana, favoreceu para que naquele território existisse diferentes saberes. No caso específico da atividade minerária, os africanos mineradores que vieram desenvolver esse trabalho nas minas de Minas Gerais foram os africanos chamados de negros e negras “minas”.

É os negros minas, com a experiência que trouxeram de sua pátria de origem, onde havia negros mineradores e negros intermediários na venda de ouro aos brancos, tornando-se elementos indispensáveis, no começo da exploração do ouro nas Minas Gerais, onde introduziram seus rudimentares métodos de mineração. (Barbosa, 1972, pp. 7-8 *apud* Martins, 1995, p. 128).

Entender os elementos geográficos é fundamental para observar a inteligência humana, pois segundo (Roazzi & Souza, 2002), esses elementos têm influência direta no desenvolvimento do intelecto humano, pois a formação cognitiva que os indivíduos adquirirão, serão os saberes e as práticas necessárias para que os mesmos possam subsistir no ambiente factual onde o sujeito está inserido. Por esse motivo, a psicometria da inteligência humana baseia-se mais na essência do saber humano do que no ser humano propriamente dito, nesse sentido tudo que se desenvolve no espaço físico geográfico age no espectro cognitivo intelectual, a exemplo da cultura.

[...] *todas as evidências e teorizações recentes indicam que os processos intelectuais envolvem experiências em contextos socio-culturais, sendo socialmente constituídos e modificados. Surge, assim, a necessidade de que a inteligência, e suas diferentes formas de expressão, sejam compreendidas através de uma análise das experiências e dos contextos socio-culturais nos quais o indivíduo constrói e desenvolve o seu comportamento intelectual.* (Roazzi & Souza, 2002, p. 44).

Assim, quando se trata da inteligência africana para mineração temos que considerarmos as práticas e os saberes que os mesmos detinham em determinada região do continente africano. Como a extração aurífera era prática comum na costa oeste-africana, a exemplo da região de Gana o ouro se encontrava abundante “isto valeu ao local tomar o nome de Costa do Ouro”, (Castro, 2002, pp. 48-49) especifica que a “região do Golfo de Benim, na África Ocidental, tradicionalmente chamada de “sudanesa”, mas denominada Costa da Mina pelo tráfico transatlântico”. Nota-se que os países de Gana, Togo e Benim ocupam o território chamado de Costa da Mina, como podemos observar na Figura 1.

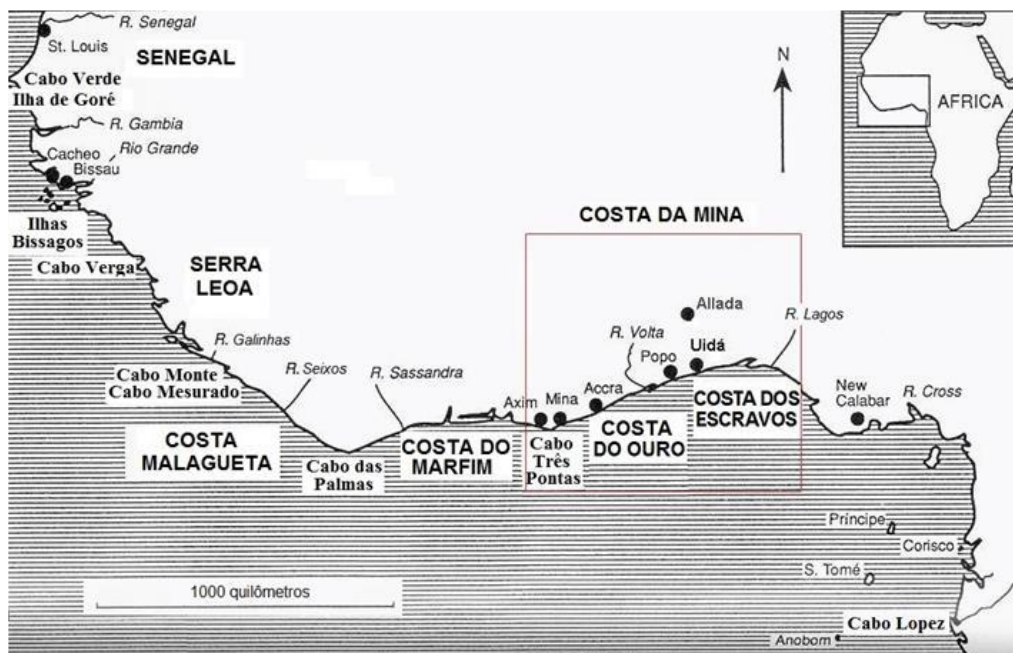


Figura 1. Região da Costa Mina da África. Fonte: Disponível em: <http://www.costadamina.ufba.br/index.php?conteudo/exibir/11>. Acesso em: 28 ago. 2021.

Como mencionado anteriormente a quantidade de africanos na população de Minas Gerais no decorrer do século XVIII foi significativa, nas três primeiras décadas dos anos setecentos, caracterizada pelo início da mineração, locais como Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila do Carmo (atual Mariana) onde a extração ocorria de forma mais expressiva, o contingente de africanos oriundos da Costa da Mina chegou a 57% de todos cativos presentes naquele território. (Gomes, 2021).

A extração de ouro em Vila Rica que a priori era realizada nos rios e córregos da região com aplicação de técnicas simples e rudimentares, passou a ganhar maior proporção quando a atividade extrativista começou a ser desempenhada na serra da cidade. Com a chegada dos africanos na região percebeu-se que as técnicas se tornaram mais eficazes, ao mesmo tempo em que a ação antrópica do homem na natureza se manifestou com mais veemência, pois as estruturas minerárias utilizadas para a extração e apuração do material aurífero começaram a aparecer na paisagem.

Em sua passagem por Vila Rica, Eschwege descreve algumas estruturas que eram utilizadas na mineração.

No alto da serra, denominada da Cachoeira no local, foram abertos pelos pobres escravos, por ordem dos ricos proprietários, canais na rocha viva. Esses regos conduzem a água para grandes depósitos, de onde ela se precipita com violência sobre as formações desagregadas previamente. As partes mais finas são reconhecidas nos mundéus, enquanto as pedras maiores são atiradas no vale, onde corre o ribeirão de Ouro Preto. [...]

[...] Os grandes proprietários, dos quais nenhum, porém, possui mais de doze escravos em serviço, exploram suas lavras pelo método do talho aberto, ao contrário dos pequenos, que o fazem por meio de galerias e poços. [...]

[...] Na encosta da serra, entre os blocos estilhaçados, se avistam as pobres cafuas esparsas dos faiscaidores, ou de negros forro, assentados no terreno profundamente esburacado. (Eschwege, 1979, p. 8).

Com base nos escritos, o nome das estruturas citadas, como “canais na rocha viva” e “regos que conduzem água” (são os aquedutos), mundéus, “talho aberto” (mineração a céu aberto), galeria (galerias subterrâneas), poços e cafuas (casebre), são estruturas que estavam localizadas dentro das lavras. Quanto as lavras de ouro, (Eschwege, 1979) cita as maiores lavras de que ainda estavam em atividade em Vila Rica no ano 1815, sendo elas:

- 1ª Lavra dos Pelúrios, no Morro São Sebastião;
- 2ª Lavra do Padre Viegas no Morro Santana;
- 3ª Lavra do Moreira no Morro da Piedade ou Água Limpa;
- 4ª Lavra do Padre Bernardo no Sumaré;
- 5ª Lavra do Padre Bento no Morro de Santo Antônio da Passagem;
- 6ª Lavra do Coronel Veloso localizada na extremidade ocidental da serra de Vila Rica.

Das lavras de ouro citadas a cima, as de número 1, 2, 3 estavam localizadas onde hoje são os bairros cujos nomes permanecem os mesmos, já a Lavra do Coronel Veloso estava localizada onde é o atual bairro de São Cristóvão que é conhecido popularmente como Veloso devido o sobrenome do último dono da lavra.

Como (Ferreira, 2017) apresenta em suas pesquisas, a serra de Ouro Preto localizada ao norte da cidade é marcada pelas estruturas remanescentes da mineração, que ainda são vistas efetivamente nos bairros São Cristóvão, Água limpa, São Francisco, Morro da Queimada, Morro Santana, Morro São Sebastião, Morro São João, Piedade, Alto da Cruz, Taquaral, Padre Faria e Antônio Dias.

Ainda é possível avistar muitas dessas estruturas em estado de arruinamento, na atualidade essas mesmas mesclando-se e às vezes camuflando-se entre as casas e vias públicas desses bairros. (Ferreira, 2017) e (Mattos, 2010) ao observarem as ruínas remanescentes da atividade de mineração em diferentes lugares da serra de Ouro Preto, sendo que, Ferreira observou as ruínas localizadas no bairro São Cristóvão e adjacências, enquanto Mattos observou as ruínas do Morro da Queimada e adjacências, ambos demonstraram que muitas ruínas se perderam e se perdem devido ao crescimento urbano próximos ou sobre elas. Uma das ações agravantes, que contribui para a perda e descaracterização dessas estruturas, é o uso de seus materiais (rochas) em construções modernas. Isso tem sido um dos elementos que colocam esse complexo minerário setecentista em risco, que para muitos pesquisadores classificam a serra de Ouro Preto, como um grande sítio arqueológico. Nas Figuras 2 e 3 pode ser verificado como as construções contemporâneas estão presentes entre essas estruturas.



Figura 2. Ruínas de mundéus no bairro São Cristóvão ano de 2020.
Foto: Autor 1.



Figura 3. Casa sobre ruínas no bairro Morro da Queimada ano de 2009.
Fonte: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/fotografias.php>

Diferente do que se pode pensar, a área onde essas estruturas minerárias então localizadas na cidade de Ouro Preto, também é tombada através do decreto de 1937. No ano de 2010, o IPHAN publicou a Portaria 312/2010, com o intuito de definir detalhadamente a área que está dentro do perímetro tombado, como se segue:

*Partindo-se da capela de São João (ponto um), situado na Serra de Ouro Preto, vai-se em linha reta até o topo do Morro situado à direita de quem olha a frontaria da Capela do Bom Jesus do Taquaral (ponto dois). Desse ponto segue-se na direção sul, pela divisa com o Município de Mariana, até encontrar o Parque Estadual do Itacolomi (ponto três), de onde se prossegue, pela divisa com Mariana, até o Morro do Cachorro (ponto quatro), onde está implantada a torre da EMBRATEL. Desse ponto toma-se uma linha reta até a portaria da Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ponto cinco), infletindo-se daí para o Centro de Convergência localizado na área central do Campus da Universidade Federal de Ouro Preto (ponto seis). Desse ponto segue-se até a subestação da CEMIG (ponto sete), de onde se inflete na direção Oeste, pela cumeada da Serra, até a Rodovia Rodrigo Mello Franco de Andrade (Estrada do Contorno) (ponto oito). Percorre-se esta estrada até o trevo com a Rodovia dos Inconfidentes (ponto nove), seguindo-se daí pela Estrada de São Bartolomeu até o local da **Serra de Ouro Preto denominado Pedra de Amolar (ponto dez)**, indo-se desse, pela cumeada da Serra de Ouro Preto, até a Capela de São João (ponto um), fechando-se assim o perímetro. (IPHAN, 2010, p. 2 – grifos nossos).*

As áreas marcadas em negrito (ponto 1, ponto 2 e ponto 10), são as áreas onde as estruturas minerárias estão localizadas dentro da área urbana de Ouro Preto como podemos observar na Figura 4.

Como menciona (Paiva & Souza, 2018, p. 114), “o que define o perímetro não é o fato de um bairro ou outro possuir construções mais recentes e sim a harmonia do conjunto cultural e natural que envolve a cidade como um todo”. As críticas realizadas sobre as políticas de conservação dos bens patrimoniais presentes no território de Ouro Preto, foi o fato dos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio voltar os olhares para as obras edificadas que representam o estilo arquitetônico colonial português enquanto os bens que estavam ao redor dessas edificações centrais passavam por profundas mudanças enquanto outras se perdiam por completo.

No caso aqui apresentado, nota-se que essas estruturas passaram por mudanças significativas, mas por sua importância histórica as mesmas devem ser preservadas de acordo com a realidade atual da comunidade local e das próprias estruturas. De acordo com (Silva & Maria, 2018), o patrimônio industrial deve ser reconhecido mesmo que tardiamente, pois a valorização patrimonial evita que o processo de desgaste do bem continue. Para (Campagnol, 2011) um dos desafios do patrimônio industrial é na sua preservação, por esse motivo, para a pesquisadora é de suma importância não só reconhecer o bem, mas de pensar novos usos para esse patrimônio. Assim, seguiremos mostrando como as estruturas minerárias de Ouro Preto tem despertado a atenção de pesquisadores, de gestores públicos, dos moradores locais possibilitando o uso desses espaços para atividades recreativas e econômicas.

4. Ruínas arqueológicas da mineração: Pesquisas e Turismo

Os bens materiais originários de uma atividade industrial, mesmo que em ruínas, abre campo para que profissionais de diversas áreas do conhecimento possam analisar esses bens como vestígios de um passado industrial, que nos ajudam a compreender a formação social, cultural e econômica alinhada ao trabalho em cada momento histórico, ou seja, a arqueologia industrial “inclui o repertório tecnológico e as relações entre os homens e seu ambiente” (Meneguello, 2011, p. 1824).

Autores como (Kuhl, 2010), (Silva & Maria, 2018) e (Campagnol, 2011), esboçam a importância da interdisciplinaridade em volta da arqueologia industrial, envolvendo todas as áreas do conhecimento, pois ambos autores acreditam que o engajamento de pesquisadores e do uso dos mais variados métodos científicos

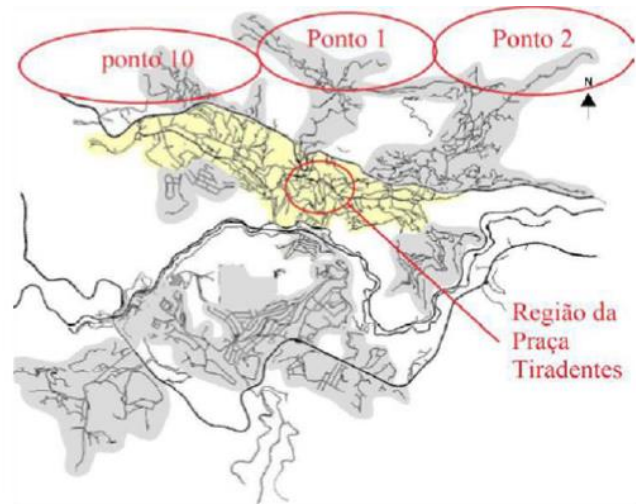


Figura 4. Croqui de Ouro Preto com as respectivas áreas de mineração tombadas. Fonte: Adaptado de Salgado (Elaborado por Roberta Duarte Magalhães com base em Ouro Preto, 2006).

para analisar o passado, a arqueologia industrial é mais uma maneira de investigar o passado através dos vestígios históricos como é definido na Carta de Nizhny Tagil em 2003.

De acordo com o (Silva & Maria, 2018, p. 584) essa área dialoga com “várias áreas do conhecimento - em especial às humanidades – pois está ligada à antropologia, à história, às ciências, à engenharia, à arte, à arquitetura, às cidades, entre outros”. Porém, para (Kuhl, 2010, p. 27) a arqueologia industrial ainda não alcançou o feito da interdisciplinaridade, pois “a tão decantada interdisciplinaridade não aparece com frequência na produção científica: temos assistido a “monodisciplinaridades”, no plural, e não a verdadeiros estudos interdisciplinares”.

No caso específico das estruturas remanescentes da mineração setecentista presentes em Ouro Preto, nota-se que nos últimos vinte anos, elas têm sido objeto de estudo de algumas pesquisas que buscaram compreender a importância histórica que essas têm para a cidade, para o estado de Minas Gerais e para o Brasil. Para além do aspecto histórico, algumas dessas pesquisas preocupam em entender a práxis social das comunidades que estão inseridas nesse espaço patrimonial. Dos estudos e pesquisas voltadas aos bens patrimoniais que estão na serra e nos bairros que estão na Serra de Ouro Preto, destacamos algumas pesquisas nas quais tivemos acesso:

- A museóloga Yara Mattos – sobre o Parque Arqueológico do Morro da Queimada iniciado em 2005;
- O museólogo e restaurador Ronaldo André Rodrigues da Silva - sobre o patrimônio industrial de Ouro Preto da serra e do núcleo urbano central da cidade, ano de 2014;
- A historiadora Kátia Maria Nunes Campos – estudo sobre os vestígios da mineração no bairro São Cristóvão, ano de 2014;
- O geólogo Frederico Garcia Sobreira – sobre a mineração setecentista e as alterações paisagísticas antrópicas na serra de ouro preto, ano de 2014;
- O engenheiro civil Eduardo Evangelista Ferreira – sobre o patrimônio minerário presente na Serra do Veloso, ano de 2017;
- A geóloga Júlia de Souza Pimenta – estudo sobre a caracterização do filão aurífero da galeria subterrânea do atrativo turístico Mina Du Veloso, ano de 2020;
- A matemática e engenheira de minas Viviane da Silva Borges Barbosa – sobre fechamento de minas setecentistas de Ouro Preto, ano de 2021.
- A arquiteta Paula Lara Leite – estudo sobre a morfologia urbana e o patrimônio do bairro Padre Faria, ano de 2021;
- O turismólogo Luiz Cláudio Alves Viana – estudo sobre o turismo étnico afro desenvolvido na Mina Du Veloso e o patrimônio minerário do bairro São Cristóvão, ano de 2021;
- A museóloga Larissa Gonçalves Venâncio – estudo sobre o projeto do ecomuseu da Serra de Ouro Preto no parque arqueológico do Morro da Queimada, ano de 2021.
- A arquiteta Larissa Fallone – estudo sobre a paisagem da Serra do Veloso e as novas interpretações do espaço, ano de 2022;
- A turismóloga Melissa Kardinally da Cruz – estudo sobre os impactos sociais que o turismo em antigas galerias subterrâneas tem causado no bairro Antônio Dias, ano de 2022.

Percebe-se que há um interesse interdisciplinar sobre a Serra de Ouro Preto e seus bens patrimoniais minerários. Para além das pesquisas e estudos que ajudam a identificar e entender as questões que permeiam esses bens minerários de Ouro Preto destaca-se alguns projetos que ajudaram a preservar essas estruturas entendendo as questões identitária da população local com esses bens no cenário patrimonial, cultural e turístico da cidade. Destaca-se o projeto do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto na área do Parque Arqueológico do Morro da Queimada em 2005, e os passeios turísticos em antigas galerias subterrâneas da mineração.

Outros países do mundo têm utilizado seus bens do patrimônio industrial para realização de atividades recreativas, para estudos e para captação de renda através do turismo, como o exemplos dos museus em ambiente total o *Museu Alemão de Mineração* em Bochum na Alemanha, *Museu Ironbridge Gorge* na Inglaterra, o *Museu da Mina de Carvão de Argenteau-Trimbleur* na Bélgica, o *Écomusée de Le Creusot-Montceau-Mines* na França, o *Museu de la Ciència i de la Tècnica de Catalunya* na Espanha e o *Museu do Tecido de Saint- Etienne* na França. Alguns desses museus são voltados para ciência e tecnologia, enquanto outros são abertos para o público e viraram complexos turísticos como é o caso do Museu da Mina de Carvão na Bélgica. (Campagnol, 2011, pp. 5-6).

Em Ouro Preto o passeio nas antigas galerias subterrâneas apresentado como minas de ouro nos itinerários turísticos da cidade, percebe-se que esses passeios é a atividade que utiliza essas estruturas diretamente para o turismo. Na atualidade são sete minas abertas para visita, sendo elas: Mina do Chico Rei, Mina do Palácio Velho, Mina do Bijoca, Mina 13 de Maio, Mina Jeje, Mina Santa Rita e Mina Du Veloso. De acordo com (Campagnol, 2011), os exemplos europeus são modelos de reaproveitamento do patrimônio industrial, ou seja, esses passeios realizados nas antigas galerias subterrâneas é uma maneira positiva de reaproveitamento desse patrimônio?

Para esse artigo escolhemos o atrativo turístico Mina Du Veloso para análise, o motivo da escolha deu-se pelo fato de o trabalho desenvolvido no local apresentar o espaço como patrimônio minerário representante da inteligência africana e utiliza da narrativa histórica afrocentrada para interpretar e apresentar o espaço, além do fato de ser a galeria aberta para visita mais distante do núcleo urbano central da cidade. Com tudo, realizou-se duas entrevistas no intuito de entender como o turismo afrocentrado pode auxiliar na preservação e no engajamento comunitário dos moradores com esses bens. As entrevistas foram realizadas com o Eduardo Evangelista Ferreira (engenheiro civil, proprietário da Mina Du Veloso e morador do bairro São Cristóvão), na data de 25 de agosto de 2021, e com a Sidnéa Santos (historiadora, mestrandia em História e ex-moradora do bairro São Cristóvão) na data de 5 de setembro de 2021. Essas pessoas foram escolhidas para a entrevista pelo fato de ambos serem dois dos quatro idealizadores do projeto turístico da Mina Du Veloso e militantes das causas do povo preto da cidade de Ouro Preto.

A Mina Du Veloso abriu para visita no mês de julho de 2014, atualmente localizada na área central do bairro São Cristóvão, estando a 1.800m (mil e oitocentos metros) de distância da Praça Tiradentes, a 1.100m (mil e cem metros) de distância da rodoviária de Ouro Preto e a 400m (quatrocentos metros) de distância do posto de informações turísticas da Associação dos Guias de Turismo de Ouro Preto (AGTOP), localizado na entrada da cidade. Embora o atrativo esteja fora do centro histórico e turístico da cidade, isso não é um impeditivo para que não seja visitada, pois ela está localizada no início da principal entrada da cidade estando próxima a outros serviços voltados para o turismo da cidade (rodoviária, posto de informação turística, meios de hospedagem e restaurantes), o que contribuiu para o atrativo receber um número considerável de visitantes.

Durante as entrevistas, é possível perceber que as duas pessoas trazem em suas falas uma memória afetiva com essas estruturas remanescentes da mineração presentes no bairro onde cresceram.

[...] *Eu lembro que desde criança a gente andava muito dentro das minas, aqui na Mina Du Veloso mesmo, muitas pessoas se assustam com o tanto que a gente entra dentro da montanha, e eu tinha essa lembrança de infância.* (Ferreira, 2021).

A nossa vida, nossa rotina era chegar da escola e ajudar a avó e as outras mais velhas do bairro ir catar lenha, porque elas vendiam os feixes de lenha, então era essa a rotina, chegava da escola, fazia o dever, almoçava e ia para a lenha, e o tempo todo a gente perguntava, “e esses muros de pedra que cercam nossas casas, nossa escola, quem fez?” “Ah ... foram os escravos”, “lá em cima na serra os mundéus, os sarilhos, as minas, as trilhas?” “Ah ... isso é tudo dos escravos, esse caminho é dos escravos”, então, o tempo todo a gente cresceu com essa memória, e depois é que, sobretudo, a partir da mina (Mina Du Veloso) que a gente começou a ter noção de que lugar é esse, que patrimônio é esse que o Veloso representa na história da mineração de ouro não só de Ouro Preto, de Minas Gerais, mas do Brasil. (Santos, 2021).

A memória individual e coletiva sobre determinado patrimônio é algo sui generis quando o assunto é de interesse comunitário. Em muitos casos são os próprios moradores locais que identificam e preservam seu patrimônio, ou como ressalta (Silva & Maria, 2018) uma das funções do patrimônio é salvaguardar não só o bem material, mas também a memória coletiva associada a ele.

Sobre a inteligência dos povos africanos obtivemos os seguintes relatos:

[...] *a gente é descendente de quem construiu esse país chamado Brasil, que sem a inteligência dos nossos antepassados esse país não existiria da maneira que ele existe, se o Brasil tem riquezas, se o Brasil avançou é graças ao nosso esforço.* (Santos, 2021).

Para mim é o maior patrimônio que a gente tem aqui em Ouro Preto, uma frase que o Douglas sempre usa é que “Ouro Preto não é uma pérola barroca fora da Europa, antes de tudo ela é uma máquina de extrair ouro africana”, porque toda a tecnologia que foi utilizada para fazer os trabalhos estava na mão dos negros, e a gente mostra isso nas nossas palestras, nessas pesquisas que a gente desenvolveu ao longo do tempo [...]. (Ferreira, 2021).

Nas falas acima, nota-se que houve um consenso ao reconhecerem os saberes dos povos africanos que realizaram grandes feitos, como é o caso da mineração aurífera ocorrida no território mineiro nos anos setecentos. (Kuhl, 2010, p. 29) destaca que “à consciência adquirida de que qualquer ação num bem cultural depende da apreensão que um presente histórico faz dele; as respostas que oferecem dependem das questões formuladas, que variam ao longo do tempo”. Nesse caso, pode-se dizer que no presente histórico que estamos, precisamos reconhecer a real contribuição dos povos no processo de construção social e desenvolvimento econômico do Brasil, como é o caso do conhecimento da mineração e da metalurgia que eram praticadas na África e foram introduzidas no Brasil graças ao intelecto dos povos africanos que chegaram e se fizeram presentes nesse território.

Quanto ao conhecimento histórico da presença africana na mineração que os entrevistados têm hoje, ambos ressaltam que não tiveram acesso a essas narrativas enquanto estudantes do ensino fundamental, médio e superior. Os dois relataram que o conhecimento sobre os negros mineradores foi adquirido através das pesquisas que desenvolveram após terem formado no nível superior.

Então, eu fiz história, eu me formei em dois mil, ou seja, tem vinte e um anos que eu fiz minha graduação, depois os cursos de pós-graduação que eu fiz, também não abordaram esse lado da história com a profundidade necessária, então durante a minha graduação a gente tinha ali, como era também no tempo de colégio aquela coisa anpassã, aquela coisa muito superficial, as histórias que a gente pesquisava eram muito mais voltadas para a história da América ou para a história da América portuguesa do que para a história africana [...], por mais que esses assuntos fossem abordados eles não eram abordados com o olhar decolonizador que a gente aborda hoje, então, durante a minha graduação muito pouco eu aprendi sobre o meu lugar de origem, muito pouco ou quase nada. (Santos, 2021).

Eu só fui entender o valor dos negros na mineração quando eu cheguei a fazer esse trabalho de pesquisa, antes eu passei por Ouro Preto, na escola técnica (atual Instituto de Minas Gerais – IFMG), pela UFOP e nunca me falaram desse legado do povo negro, e quando eu comecei a puxar esse fio, eu fui vendo coisas fantásticas, o cara saber tirar o ouro de dentro da terra, só aí você já vê a genialidade, e fazer tudo isso com ferramentas manuais, deixando o legado da metalurgia, então isso aí transforma o olhar, mas a nossa cidade não foi feita para isso, ela foi feita para mostrar o que parece com a Europa, e o que parece com a Europa é só a casca, a gente precisa mostrar esse outro lado, então o trabalho aqui da mina, acho que é importante para isso, para a gente despertar, [...]. (Ferreira, 2021).

Sobre a proposta de desenvolver um turismo com a perspectiva afrocentrada no qual a narrativa histórica é utilizada para interpretar e apresentar o bem patrimonial para os visitantes, sobre o modelo de turismo afrocentrado o Eduardo Evangelista Ferreira disse:

O afrocentrado que era um movimento que já tinha repercussão fora daqui de Ouro Preto mais até em Salvador, em outros lugares, que é a galera mostrar o que o negro deixou de legado, e aqui em Ouro Preto mina para mim como engenheiro, como pesquisador da área eu falei: “isso aqui é um patrimônio que a gente tem que mostrar e centrar mesmo em quem construiu”. (Ferreira, 2021).

Sidnéa Santos ressalta a importância e a necessidade do setor turístico de Ouro Preto diversificar os discursos e mostrar outros atrativos que também fazem parte do patrimônio da cidade.

[...] É esse o momento, é disso que a gente precisa, de pessoas que resinifiquem a história de Ouro Preto, de pessoas que parem de falar só de volutas barrocas, e de douramentos, e de jogo de luz e sombra, e comessem a falar de quem realmente fez essa cidade existir, fez essa cidade ser conhecida internacionalmente, eu digo cidade nesse sentido de turismo, mas na verdade a gente está falando de um município gigantesco, quem dera o turista que vem pra cá, tivesse a oportunidade de conhecer um pouquinho dos nossos distritos. (Santos, 2021).

Quando perguntados qual é a importância do atrativo turístico para os moradores de Ouro Preto, principalmente, os moradores do bairro São Cristóvão, eles relataram da seguinte maneira:

[...] Quando a gente mostra a mina aqui para as pessoas, às vezes, as pessoas do bairro entram lá dentro, na hora que sai falam: “nossa não sabia que tinha isso aqui no meu bairro”, e elas começam a perceber diferente. Essa pessoa que vive aqui, mora, que nasceu aqui no bairro, como a turma toda que trabalha aqui na mina, ela consegue passar mais o sentimento porque ela é dali, [...] essa ligação eu acho que é fundamental a gente ter e manter a comunidade recebendo aqui na Mina Du Veloso. (Ferreira, 2021).

[...] É impossível não citar a revolução que a Mina Du Veloso trouxe inclusive para nossa autoestima, porque na minha época de infância, de criança, eu lembro que falava que era do Veloso a gente era taxado de terra de

gente sem cultura, terra de índio, “ab, tem briga lá no Veloso, Veloso é terra de índio”, eram esses os jargões que usavam naquela época, a gente às vezes até ria, mas hoje a gente entende o quanto isso era ofensivo, o quanto isso era carregado de racismo e de preconceito. (Santos, 2021).

No caso aqui apresentado, nota-se que os bens patrimoniais localizados no centro histórico e a história oficial brasileira que legitima o patrimônio de Ouro Preto, tendem a valorizar a cultura luso-brasileira, ao mesmo tempo em que, exclui ou estigmatiza a presença e a influência de outras culturas no patrimônio da cidade. Esse desconforto sentido pelos entrevistados foi minimizado quando os mesmo entenderam que existem outras maneiras de interpretar o patrimônio, principalmente as estruturas remanescentes da mineração localizadas na periferia da cidade, e ao entenderem a importância do conhecimento africano no desenvolvimento da mineração e da metalurgia brasileira, essas pessoas se veem representadas na história e no território onde habitam, pois elas ganham não só a visibilidade histórica desejada como também a importância de existirem e resistirem no território onde é possível observar parte da inteligência de seus antepassados.

Quanto aos trechos acima, percebemos como o turismo vinculado a algum bem patrimonial pode servir como instrumento de reconhecimento, valorização e disseminação de um sentimento coletivo que está associado com a ideia de territorialidade, memória coletiva e identidade. Como destacou (Kuhl, 2010), o patrimônio está susceptível a transformações que podem acontecer por diversos fatores, mas quando as pessoas começam a entender a importância do bem patrimonial para o lugar, novas formas de interpretar e preservar o patrimônio aparecem por aqueles que reconhecem e sabem da importância do mesmo para aqueles que se veem representados nele.

5. Considerações finais

Evidentemente, ampliar o entendimento sobre o patrimônio cultural, tem sido um movimento importante para o reconhecimento e proteção de outros bens patrimoniais, aparentemente, distantes do campo das artes plásticas e arquitetônicas, como é o caso do patrimônio industrial.

Como identificado, o patrimônio industrial em comparação com o patrimônio cultural (artístico e arquitetônico), começou a ser preservado tardiamente, pois somente na década de 1950 que os ingleses começaram a se importar com os vestígios industriais da revolução industrial. Embora o período que os ingleses consideraram como “período industrial” não seja o mesmo para outros países, tratar sobre arqueologia industrial permite aprofundar temporalmente nas atividades industriais entendendo os aspectos históricos e sociais de cada sociedade.

No caso brasileiro, o patrimônio industrial começou a ser desenvolvido com veemência na década de 1980. E as ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica sendo o primeiro tombamento evidenciando a importância industrial brasileira, estudos como os de Ruy Gama defende que o período industrial brasileiro se iniciou nos engenhos de fabricação de açúcar. (Meneguello, 2011).

Como apresentado nesse artigo, entender o patrimônio industrial brasileiro perpassa pelo campo histórico, a partir disso, sabe-se que anterior a fabricação do ferro no país, houve outras atividades que antecederam as fabricas de ferro no país, como os engenhos de cana-de-açúcar e a mineração aurífera ocorrida em Minas Gerais, principalmente em Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto).

Ao tratarmos das estruturas remanescentes da mineração aurífera setecentista, o presente estudo procurou valorizar o trabalho do povo negro africano na construção e operacionalização dessas estruturas, que para além do trabalho físico braçal, destaca-se o trabalho intelectual que proporcionou o desenvolvimento da mineração no Brasil, uma vez que já desempenhavam essas práticas na África.

Na atualidade, muitas dessas estruturas minerárias presentes no território de Ouro Preto, tem sido usada para a atividade turística, como é o caso das galerias subterrâneas, conhecidas como minas de ouro nos roteiros turísticos da cidade. Somado ao uso turístico, a narrativa histórica afrocentrada que valoriza o conhecimento do povo africano na mineração tem sido base para interpretar e apresentar essas estruturas para os moradores e visitantes da cidade, como é o caso do trabalho desenvolvido na Mina Du Veloso.

Como observado nos relatos obtidos através das entrevistas realizadas com Eduardo Evangelista Ferreira e Sidnéa Santos, constatou-se que a narrativa afrocentrada alinhada ao patrimônio minerário da Serra de Ouro Preto, permitiu interpretar o espaço vivido, e trazer uma compreensão histórica que foi omitida pela

historiografia nacional brasileira. Como descreve Jenkins (2017, p. 35) “mude o olhar, desloque a perspectiva, e surjam novas interpretações”, com base nesse trecho, entendemos a importância de pessoas pretas ocuparem o lugar de fala para falar do seu patrimônio.

O uso dessas estruturas para fins turísticos e para o desenvolvimento de pesquisas demonstraram serem maneiras de preservação dos bens do patrimônio minerário da cidade de Ouro Preto, que mesmo estando dentro do perímetro tombado da cidade passou por significativas mudanças que descaracterizou e destruiu muitas estruturas. Como aponta (Campagnol, 2011), uma das dificuldades de preservar o patrimônio industrial é a escassez de recursos.

Pretendemos com este estudo contribuir para a valorização e preservação das estruturas remanescentes da mineração presentes no território de Ouro Preto e adjacências, abrindo espaço para futuros estudos sobre a inteligência africana presente nos centros históricos das cidades “coloniais” mineiras, para os estudos de caráter arqueológico e etnográfico que buscam resposta sobre a contribuição social, econômica e cultural dos povos africanos no Brasil, além de fazer uma reflexão sobre a possibilidade da existência factível do patrimônio industrial afro-brasileiro.

6. Referências

- Brusadin, L. B. (2015). *História, Turismo e Patrimônio Cultural: o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social*. Curitiba, PR, Brasil: Editora Prisma.
- Campagnol, G. (2011). Industrial Archaeology and Brazilian Industrial Heritage. *Preservation Education & Research*, v. 4, pp. 1-18. Recuperado em 03 de junho, 2021, de https://www.researchgate.net/publication/273684957_Industrial_Archaeology_and_Brazilian_Industrial_Heritage
- Castriota, L. B. (2009). *Patrimônio Cultural: conceitos, Política, Instrumentos*. Belo Horizonte: AnnaBlume.
- Castro, Y. P. d. (2002). *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII* (Coleção Mineiriana). Belo Horizonte, MG, Brasil: Mineiriana.
- Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933*. (1933). Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Recuperado em 5 de maio, 2020, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>
- Eschwege, W. L. v. (1979). *Pluto Brasiliensis* (v.1). Belo Horizonte, MG, Brasil: Itatiaia.
- Eschwege, W. L. v. (1979). *Pluto Brasiliensis* (v.2). Belo Horizonte, MG, Brasil: Itatiaia.
- Ferreira, E. E. (2017). *Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG: registro, análise e proposições de circuitos geoturísticos interpretativos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.
- Gomes, L. (2021). *Escravidão II*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Globo Livros.
- Jenkins, K. (2017). *A história repensada*. São Paulo, SP, Brasil: Contexto.
- Kuhl, B. M. (2010). Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. *Arq.urb.* v. 3, p. 23-30. Recuperado em 01 de maio, 2022, de <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/115/101>
- Machado, D. C., & Pires, M. J. (2012). Turismo e patrimônio cultural imaterial: a capoeira em Salvador – BA. In Costa, E. B. d., Brusadin, L. B., & Pires, M. d. C. (Org.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder* (pp. 245-260). São Paulo, SP, Brasil: Outras Expressões.
- Martins, J. M. (1995). *Quilombo do Campo Grande: a história de Minas Roubada do Povo*. São Paulo, SP, Brasil: A Gazeta Maçônica.
- Mattos, Y. (2010). Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: narrativas híbridas entre espaço de memória social, tempo presente e lugares de relação. In Oliveira, A. P. d. P. L., & Oliveira, L. M. (org.), *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto* (pp. 23-29). Juiz de Fora, MG, Brasil: Ed. UFJF.
- Meneguello, C. (2011). Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis, SC, Brasil, 1. Recuperado em 02 de maio, 2022, de <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234#:~:text=O%20patrim%C3%B4nio%20industrial%20est%C3%A1%20definitivamente,edifica%C3%A7%C3%B5es%20industriais%20na%20trama%20urbana>.

Paiva, C. M. d., & Souza, A. H. M. (2018). *Manual para quem vive em casas tombadas*. Ouro Preto, MG, Brasil: Legraphar.

Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010. (2010). Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Recuperado em 5 de maio, 2020, de http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_312_de_20_de_outubro_de_2010.pdf

Ribeiro, D. (2015). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, SP, Brasil: Global.

Roazzi, A., & Souza, B. C. d. (2002). Repensando a Inteligência. *Paideia*. v. 12, p. 31-55. Recuperado em 15 de julho, 2022, de <https://www.scielo.br/j/paideia/a/BpmxTfgcLhgc8zRrbZ3CkDk/abstract/?lang=pt>

Salgado, M. (2010). *Ouro Preto: paisagem em transformação*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Silva, W. d., & Maria, Y. R. (2018). A importância do patrimônio industrial. *Colloquium Socialis*, v. 2, pp. 581-585.

Recuperado em 01 de maio, 2022, de

<http://www.unoeste.br/site/enepe/2018/suplementos/area/Socialis/Arquitetura%20e%20Urbanismo/A%20IMPORT%3%82NCIA%20DA%20PRESERVA%3%87%3%83O%20DO%20PATRIM%3%94NIO%20INDUSTRIAL.pdf>

Souza, C. G. G. Patrimônio Cultural: o processo de ampliação de sua concepção e suas repercussões. *Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília*, n. 7, pp. 37-66. Recuperado em 29 de abril, 2022, de <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/20374/18812>

The International Committee for Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH (2003). *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. Recuperado em 30 de abril, 2022, de <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>